



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 22 2 DE AGOSTO DE 2019.

3 Ao vigésimo segundo dia (22º) do mês de agosto de dois mil e dezenove, às oito horas e dez minutos (8h10), no
4 auditório do CRAS Leste, sito à Rua Porto Velho, 1871, Jardim Brasilândia, iniciou-se a décima oitava (18ª)
5 Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social, do exercício de 2019, que foi descentralizada, sob
6 a coordenação da Presidente e Conselheira titular do Poder Público, representando a Unidade Municipal de
7 Assistência Social, Senhora Lucineia Silva Sartori Coelho. Estiveram presentes na reunião quinze (15)
8 conselheiros(as), sendo sete (7) do Poder Público e oito (8) da Sociedade Civil, com os seguintes **Conselheiros**
9 **Titulares Presentes:** Valdety Souza Vilar Gilberto, Clóves Plácido Barbosa, Rosicler Lemos da Silva, Jane Izabel
10 Miranda Biagiotti Lellis, Jean Euripedes da Silva Ferreira, Juliana Rossato Souza Rodrigues, Lucinéia Silva Sartori
11 Coelho, Iara Flávia Afonso Guimarães, Ana Lúcia Melo de Oliveira Lima. **Conselheiros em Exercício de**
12 **Titularidade:** Rafael Costa Duarte, Angélica Consuelo Peroni e Maura Gomes Martiniano Oliveira. **Conselheiros**
13 **Suplentes Presentes:** Kelly Regina da Silva, Luzia Regina Alves e Irene da Conceição Silva. Participaram da
14 reunião vinte e um (21) convidados, conforme assinaturas na lista de presença. A Reunião contou com a seguinte
15 pauta: **1. Ordem do dia:** Chamada e Verificação de quorum; Apresentação das justificativas dos conselheiros
16 ausentes. **2. Aprovação da pauta;** **3. Assuntos:** 3.1 – Apresentação dos participantes e breve Contextualização
17 e objetivos das Reuniões Descentralizadas do CMAS; 3.2 – Apresentação sobre a Cota Social de Aprendizizes –
18 Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil; 3.3 – Apresentação e Validação pelo CMAS das Deliberações da
19 XI Conferência Municipal de Assistência Social de Franca – 2019; 3.4 – Audiência Pública da Câmara
20 Municipal – LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2020 – dia 30 de agosto de 2019, com início às 18h –
21 definir representantes; 3.5 – Apresentação pelo representante de Entidades sobre relatórios elaborados pela
22 equipe de monitoramento (ASSUNTO INSERIDO). **4. Informes:** 4.1 – Renovação de 1/3 do colegiado do
23 CMAS – representantes da assistência social e representantes de Entidades e Organizações de Assistência
24 Social – Assembleia Eleitoral dia 27 de agosto – 7h30; 4.2 – Recomposição das representantes suplentes da
25 Comunidade Feminina no CMCF – Conselho Municipal da Condição Feminina – Assembleia Eleitoral dia 29
26 de agosto – 18h30; 4.3 – Ofício resposta do CMAS ao Ofício MP 0252/2019 – relativo à requisição de relação
27 de clínicas de recuperação de dependência química, cadastradas no CMAS; 4.4 – Agenda Agosto. **5.**
28 **Avaliação da Reunião Descentralizada.** A presidente do CMAS, srª Lucineia, fez a abertura da reunião dando
29 boas vindas a todos(as) participantes presentes e, na sequência, solicitou que cada um se apresentasse. Após a
30 apresentação, Lucinéia destacou que as reuniões do Conselho, mesmo as descentralizadas, devem observar certas
31 formalidades, uma vez que é um canal de participação, reconhecido por Lei e que tem caráter deliberativo. Em
32 seguida, a Secretária Executiva Maria Amélia, realizou a chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance
33 do quórum, bem como, os(as) conselheiros(as) titulares e os(as) suplentes na titularidade. Foram apresentadas as
34 justificativas de ausência dos(as) seguintes conselheiros (as): Alessandra Ferreira, Ernestina Maria de Assunção
35 Cintra, José Carlos Gomes, Geraldine Garcia Fuga Menezes, Yheda Maria Lanes Gaioli, Alessandra Aparecida da



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

36 Silva, Eder Furtado Ribeiro, Maria Aparecida Moraes Oliveira, Adriana da Silva Bazon, Sônia Regina Barbosa
37 Quirino, Maria Imaculada da Silva Ferreira, Cláudio Nascimento Freitas e Geisla Fábila Pinto. Após a chamada, o
38 Conselheiro Clóves, primeiro-secretário do Conselho, apresentou a pauta que foi lida e aprovada com a inserção do
39 item 3.5, solicitado pelo mesmo. Dando início aos assuntos, foi apresentado o item **3.1 – Apresentação dos**
40 **participantes e breve Contextualização e objetivos das Reuniões Descentralizadas do CMAS;** A presidente
41 Lucinéia fez uma breve contextualização do Conselho Municipal de Assistência Social aos presentes, explicando
42 que a Secretaria de Ação Social executa alguns serviços da área de assistência e outros serviços socioassistenciais
43 são realizados por meio de parceria entre a Administração Municipal e as Entidades Assistenciais, que para tanto,
44 recebem cofinanciamento com recursos provenientes do Governo no âmbito Municipal, Estadual e Federal.
45 Explicou também os objetivos das reuniões descentralizadas, pontuando que o CMAS pretende estar mais próximo
46 da comunidade e visa estimular a participação dos usuários no Conselho, mobilizando os moradores das várias
47 regiões da cidade para articularem suas demandas a respeito da Assistência Social e das demais políticas. Assim
48 sendo, destacou que essas reuniões nos territórios compõem uma das estratégias adotadas para o fortalecimento
49 desta participação social. Na oportunidade também debateu-se a respeito da terminologia “usuário” a qual é
50 direcionada para o público atendido pela Política de Assistência Social. Ao final da apresentação, Maria Amélia
51 informou que em breve será realizada nova eleição de Conselheiros(as) para recompor o segmento de Usuários ou
52 Organizações de Usuários da Assistência Social, visto que uma representante solicitou desligamento e alguns não
53 estão comparecendo nas reuniões. Para tanto, quem tiver interesse em fazer parte do Conselho poderá participar do
54 processo eleitoral com data a ser definida. Passou-se em seguida ao item **3.2 – Apresentação sobre a Cota Social**
55 **de Aprendizizes – Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil;** A representante do Fórum de Erradicação do
56 Trabalho Infantil, Sra. Andréia Inocência, fez uma exposição sobre o trabalho deste Fórum. Disse que desde 2014
57 várias Entidades de Aprendizagem e representantes do Poder Público começaram a se reunir em Franca para
58 desenvolver um trabalho voltado à erradicação do trabalho infantil e à proteção dos adolescentes da nossa
59 comunidade. Pontuou que o Ministério do Trabalho é responsável por notificar as empresas para que cumpram uma
60 cota de contratação de aprendizizes a partir de 14 anos, visando a inserção prioritária de jovens em situação de
61 vulnerabilidade no mercado de trabalho (jovens egressos da fundação casa, egressos de trabalho infantil, jovens que
62 sofrem violação de direitos, etc). Pontuou que até o ano de 2014, as empresas tinham a opção de contratar ou não,
63 porém, a partir do Decreto Lei 8740/16 que *“dispõe que os estabelecimentos contratantes cujas peculiaridades da*
64 *atividade ou dos locais de trabalho constituam embaraço à realização das aulas práticas, além de poderem*
65 *ministrá-las exclusivamente nas entidades qualificadas em formação técnico profissional, poderão requerer junto à*
66 *respectiva unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Previdência Social a assinatura de termo de*
67 *compromisso para o cumprimento da cota em entidade concedente da experiência prática do aprendiz”* (COTA
68 SOCIAL). Entretanto, o Fórum vem enfrentado um desafio, considerando que as Entidades de aprendizagem não
69 estão conseguindo inserir os jovens para desenvolver as atividades práticas, ou seja, as empresas são notificadas e
70 contratam os jovens que ficam na lista de espera para realizar a parte prática. Ante o exposto, Andréia solicitou o

71 auxílio das Entidades Assistenciais que fazem parte do Conselho na recepção desses jovens. Esclareceu também
72 que as Entidades que recepcionarem os jovens não terão nenhuma responsabilidade sobre os encargos sociais e
73 trabalhistas (salário, registro na carteira de trabalho, concessão de benefícios, etc.) pois esses encargos são de
74 responsabilidade da Empresa que possui a cota. A Conselheira Jane questionou sobre o processo de seleção dos
75 jovens e Andréia informou que a seleção é feita pelo Fórum de Aprendizagem, através de uma lista de indicações
76 feitas pelos CRAS, CREAS ou Instituições que são cadastradas com essa característica, ou seja, não é aberta a
77 comunidade em geral. A lista fica disponível no Fórum de Aprendizagem e é levada no Dia “A” de aprendizagem
78 para que os jovens participem de entrevista, entretanto, a escolha do jovem é feita pelas Empresas, desde que
79 comprovem que o jovem atende aos requisitos da Cota Social e esteja na lista de espera. O conselheiro Cloves fez
80 algumas pontuações sobre a responsabilidade das entidades no recebimento desse jovem aprendiz em situação de
81 vulnerabilidade social. Disse que as entidades que atendem adolescentes ou crianças devem ter o cuidado com os
82 seus atendidos, pois muitas vezes esse adolescente pode influenciar de forma negativa os outros, afirmando que
83 uma de suas experiências não foi positiva. Iara salientou que existem também muitas experiências positivas que
84 devem ser exaltadas, citando um depoimento de situação ocorrida na APAE. A mãe de um adolescente egresso da
85 Fundação Casa, apresentou seu depoimento destacando a dificuldade da inserção de jovens em situação de
86 vulnerabilidade social no mercado de trabalho e a importância da medida de Liberdade Assistida (LA) e seu
87 fundamental papel na ressocialização dos jovens. Foi discutida a possibilidade das unidades estatais de CRAS
88 receberem esses jovens e Lucinéia informou que em 2017 foi feito um levantamento pela Prefeitura para saber
89 quais setores teriam disponibilidade e interesse de receber a Cota Social, porém não tem informações sobre o
90 resultado desse levantamento e nem sobre a legalidade de inserção desses aprendizes da cota social nas unidades.
91 Esse assunto foi amplamente debatido pelos participantes, sendo pontuada a necessidade de que haja uma
92 preparação desse jovem para a inserção no mundo do trabalho. Como encaminhamentos foi definido que o Fórum
93 atenderá todas as Entidades com interesse na Cota Social, ademais, o CMAS encaminhará um documento às
94 Entidades e ao Órgão Gestor explicando sobre os objetivos e a importância desse trabalho. Andreia enviará
95 informações detalhadas para que o CMAS possa elaborar esse documento. **Item 3.3 – Apresentação e deliberação**
96 **pela publicação das Deliberações da XI Conferência Municipal de Assistência Social de Franca;** Dando
97 seguimento à reunião, Maria Amélia informou sobre a realização da XI Conferência Municipal de Assistência
98 Social fazendo uma breve explicação sobre data, local, objetivos, programação e quantidade de participantes. Em
99 seguida, apresentou as 04 (quatro) moções que foram aprovadas e 01 (uma) que foi reprovada por não ter atingido a
100 quantidade de assinaturas necessárias. Passou então ao resultado das deliberações da Plenária Final referente aos 3
101 eixos de discussões, sendo eles: Eixo 1 – Financiamento do Sistema Único de Assistência Social; Eixo 2 – Gestão
102 dos Serviços, Programas, Projetos e Benefícios; Eixo 3 – Participação e Controle Social no SUAS. Após
103 apresentação dos slides, Maria Amélia mostrou o cartaz elaborado pela Administradora da Proteção Social
104 Especial, sra. Lisandra, com as propostas feitas pelos idosos do Lar Eurípedes Barsanulfo, visto que por problemas
105 no elevador da Uni-FACEF, ficou impossibilitada a participação destes idosos nas discussões dos grupos nas salas.

106 Maria Amélia destacou que foram eleitos representantes do poder público e da sociedade civil para participarem da
107 XII Conferência Estadual. Ao final, uma participante da reunião, a funcionária da Casa de Passagem, Carol, relatou
108 que em razão dos atrasos ocorridos, alguns usuários que se candidataram para serem representantes na Conferência
109 Estadual, não puderam se eleger pois não conseguiram ficar até o final da plenária. Relatou também que durante a
110 distribuição dos lanches vários estudantes da UniFACEF, que não participavam da Conferência, também se
111 alimentaram e isso tumultuou aquele momento. Como encaminhamento os (as) Conselheiros (as) sugeriram que na
112 próxima conferência os horários sejam melhor definidos, para que não ocorram atrasos novamente, e salientaram
113 que o local deve ser repensado. Em seguida, foi aprovada a publicação das deliberações da XI Conferência
114 Municipal de Assistência Social, que será publicada no Diário Oficial do Município. **3.4 – Audiência Pública da**
115 **Câmara Municipal – LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2020 – dia 30 de agosto de 2019, com início às**
116 **18h – definir representantes;** Lucinéia informou que haverá uma audiência pública para discussão da Lei de
117 Diretrizes Orçamentárias – 2020, no dia 30 de agosto, sexta-feira, às 18h. Questionou sobre a disponibilidade
118 do(as) Conselheiros(as) em comparecerem na Audiência. Se comprometeram a comparecer os(as) Conselheiros(as)
119 Clóves e Lucinéia, entretanto, os(as) Conselheiros(as) integrantes da Comissão de Orçamento que não estavam
120 presentes na reunião também serão consultados sobre a participação. **3.5 – Apresentação pelo representante de**
121 **Entidades sobre relatórios elaborados pela equipe de monitoramento (ASSUNTO INSERIDO);** O
122 Conselheiro Clóves solicitou a inserção deste item na pauta alegando que os dados sobre o monitoramento que é
123 realizado, junto às entidades, pela Equipe da SEDAS não correspondem à realidade, e por essa razão as Entidades
124 oficiaram a Gestão sobre o assunto, uma vez que a imagem destas está ficando desgastada. Destacou que as
125 entidades são parceiras do Poder Público e devem ser vistas como tal. Concluído esse assunto, ao final da reunião a
126 Conselheira Jane solicitou o registro do grande número de ausências de Conselheiros(as) titulares e suplentes nas
127 reuniões ordinárias descentralizadas e ressaltou a importância da participação de todos(as) nessas reuniões,
128 considerando que o intuito das reuniões é o fortalecimento da participação social. Devido ao horário avançado, a
129 reunião foi encerrada às dez horas e trinta minutos (10h30) e os informes deverão ser verificados pelos
130 conselheiros, considerando que foram enviados por e-mail. Esta reunião foi gravada, portanto, o áudio ficará
131 disponível para consulta dos conselheiros na Secretaria Executiva do Conselho. Eu, Maria Amélia Facioli Vergara,
132 secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e aprovada será anexada a lista de
133 presença.